

## Teoria Queer e Psicologia

### Queer theory and Psychology

Renata Carvalho Nardelli; Marcelo Santana Ferreira

Universidade Federal Fluminense

---

#### RESUMO:

O presente artigo apresenta-se como resultado de estudos sobre teoria *queer*, e sobre os possíveis efeitos da mesma sobre as racionalidades em curso no amplo campo da Psicologia. A partir da apresentação de um recorte breve do panorama histórico sobre as políticas identitárias e sexuais e suas conseqüentes transformações, propõe-se a compreensão das condições que possibilitaram a emergência dos estudos *queer*, o entendimento das particularidades de seu movimento, os usos do termo *queer* e suas implicações e, sobretudo, as repercussões destes na atualidade, bem como suas contribuições para se pensar a produção de "uma Psicologia" menos classificatória, menos patologizante, cujas perspectivas e determinações não se orientem única e exclusivamente por diagnósticos e reducionismos e se apoiem na desconstrução dos sistemas de pensamentos dualistas e heteronormativos. Propõe-se, ainda, ampliar as discussões sobre performatividade de gênero.

**Palavras-chave:** *Queer*; Gênero; Identidade.

---

#### ABSTRACT:

This article is presented as a result of studies on queer theory, and on the possible effects thereof on current rationalities in the broad field of psychology. From the presentation of a brief historical overview of identity and sexual politics and their transformations, it is proposed to understand the conditions that made possible the emergence of queer studies, the understanding of the particularities of his movement and repercussions, as well as their contributions to think to conceptualizing the production of "ãa psychology" less qualifying, less pathological, whose prospects and determinations are not aimed solely for diagnostic and reductionisms and not consolidated the dualistics thoughts and heteronormative systems. Furthermore, it is proposed linked the foregoing, broaden the discussion on gender performativity.

**Key-words:** Queer; Gender; Identitty.

---

#### Introdução

Na virada para os anos 1970, evidenciou-se maior expressão e visibilidade de movimentos sociais, revelou-se um período de efervescência do fenômeno da contracultura (principalmente caracterizado pelas críticas aos valores da sociedade

ocidental) e marcou-se o contexto político e econômico da Guerra Fria.

Esse panorama possibilitou, em maior evidência nos Estados Unidos (EUA), uma movimentação política de afirmação positiva da imagem do homossexual, bem como da luta por direitos civis, transformando-se em referência para movimentos sociais de vários países, como o Brasil. O episódio de Stonewall, em Nova York o qual minorias sexuais, raciais e nacionais lutaram contra policiais que desejavam limpar a região, evidencia-se como um marco histórico do movimento de minorias sexuais.

Aspirava-se a direitos universais e civis plenos e à liberdade dos indivíduos, problematizavam-se as relações de poder que se davam em torno das produções sociais das identidades e das diferenças, proliferavam os discursos afirmativos e de mobilização para ocupação dos espaços da cidade, desejava-se maior tolerância e reconhecimento social, e o cenário das políticas públicas enfrentaria, posteriormente, a emergência da AIDS.

No entanto, a partir da repercussão desses movimentos, tensões e problematizações internas se faziam sentir:

*mais do que diferentes prioridades políticas defendidas pelos vários sub-grupos o que estava sendo posto em xeque, nesses debates, era a concepção da identidade homossexual unificada que vinha se constituindo na base de tal política de identidade. A comunidade apresentava importantes fraturas internas e seria cada vez mais difícil silenciar as vozes discordantes (LOURO, 2013:35).*

Sob esse contexto, as afirmações de identidade, os esquemas binários de categorização das posições sexuais e de gênero multiplicaram-se, mas, também, foram adquirindo novos contornos e, paulatinamente, as ações políticas e suas críticas se pluralizaram, as agendas de lutas intensificaram-se e a homossexualidade deixa de ser vista (por alguns) como uma condição uniforme e universal e passa a ser compreendida como atravessada por dimensões de classe, etnicidade, raça, nacionalidade, etc (LOURO, 2013:31).

Alguns teóricos mantinham suas investigações sobre as lutas vinculadas ao reconhecimento e legitimação das políticas igualitárias. Outros preocupavam-se em testar fronteiras, pondo em xeque as dicotomias<sup>1</sup> das categorias sexuais e de gênero (por exemplo, heterossexual/ homossexual, homem/mulher ou masculino/feminino). E havia ainda aqueles que não se propunham a ultrapassar as fronteiras, debruçando-se sobre a ambiguidade das mesmas.

Forjaram-se, gradativamente, novas perspectivas para consolidação dos movimentos das minorias sexuais. O caráter unificador das políticas de identidade é colocado à prova. Proposições e formulações teóricas pós-identitárias<sup>2</sup> ganham visibilidade e a emergência das afirmações de uma política e teoria *queer* podem ser compreendidas.

Nesse sentido, ãa nova dinâmica dos movimentos sexuais e de gênero provoca mudanças nas teorias e, ao mesmo tempo, é alimentada por elasö (LOURO, 2013:38). Os estudos *queer* surgem, portanto, desse panorama, anunciando o incômodo em relação à inassimilável diferença dos corpos (nomeados por dispositivos) e expressando a reação inventiva dos mesmos, ao forjar novas expressões e possibilidades.

### **Compreensões sobre a emergência, uso e transformações do termo *queer*.**

O termo *queer*, proveniente do inglês ó traduzido como estranho, esquisito ó, é usado inicialmente para designar de forma pejorativa homens e mulheres homossexuais. Judith Butler (2002:314) afirma que este engendrou-se como expressão de uma prática linguística cujo propósito foi envergonhar, constranger aquele que era nomeado; mais ainda, produzir um sujeito<sup>3</sup> através de tal interpelação humilhante.

A expressão, também trabalhada ampla e conceitualmente pela autora Guacira Lopes Louro (2013), em seu livro *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*, indica-nos seu aspecto paradoxal, uma vez que, durante muito tempo, constituía uma forma de insulto que ecoava os gritos de alguns grupos homofóbicos e conferia um lugar discriminado e abjeto àqueles a quem era dirigido. Ao contrário, é assumido, atualmente, para caracterizar uma perspectiva contestadora:

*este termo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, queer significa colocar-se contra a normalização ó venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante (LOURO, 2013:39).*

A palavra *queer* foi, portanto, considerada provocadora, agressiva e ofensiva aos homossexuais. No entanto, tem sido adotada com a intenção de dar um sentido positivo a ela. Antes um termo pejorativo, que marginalizava os apontados por ele, *queer* passou a denominar um grupo de pessoas dispostas a romper com a condição de uma heterossexualidade compulsória<sup>4</sup> estabelecida na sociedade contemporânea ó isto é, de

uma denominação hodierna para o dispositivo histórico de sexualidade que revela seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente e õnaturalõ da heterossexualidade. Trata-se, pois, da aposta em um novo significado do termo, entendendo-o como uma prática que se coloca contra as normas socialmente aceitas e contra toda ordem padronizante e excludente.

Judith Butler (2002), no livro *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del 'sexo'*, alerta-nos sobre os perigos do uso repetido do termo, além de indagar como foi possível tal transformação das aplicações da palavra *queer* e quais foram as condições e os limites de tal reapropriação do termo.

Sobressalta que o uso do termo *queer* como uma categoria identitária pode ser estratégico mas, ao mesmo tempo, pode tornar-se um risco, uma vez que nenhuma categoria é capaz de descrever e corresponder plenamente àqueles a quem pretende representar. Corre-se um risco de se ater aos processos identitários dessa forma, pois, ou bem nos valem da perspectiva de que a identidade é uma essência e a utilizamos como ferramenta para obtenção de direitos, ou a percebemos como capacidade inventiva de criação e de enunciação de outras práticas, outros modos de existência. Ou ainda, é possível manter a polissemia do termo, resguardando as reapropriações políticas do termo.

A importância das estratégias políticas no uso das categorias para reivindicação de direitos e, também, para reformulação e melhoria das políticas públicas é evidente. Porém, torna-se válido ressaltar que, ao serem utilizadas como formas de afirmação das minorias sexuais, podem acabar caracterizadas como redundantes. Isto é, utilizando-se o termo *queer* como uma categoria identitária, na qual todas aquelas expressões das sexualidades que já não mais correspondem às possibilidades de identificação por parte dos dispositivos e nomeações (tais quais as õletrasõ LGBTTTI) estejam filiadas à expressão, recaímos em um movimento de inclusão e exclusão. Ou seja, todos aqueles compreendidos em tal(is) categoria(s) resguardam-se, os demais permanecerão marginais, excluídos.

Parece-nos que os estudos *queer* não pretendem se reduzir a mais uma õletraõ. Ao contrário, propõem-se como uma forma de expressão de infinitas possibilidades de manifestação e de questionamento das sexualidades, ou, como dito anteriormente, como uma prática de vida, contestadora dos processos normalizadores. Entretanto, ambivalências e armadilhas através das quais se formulam os estudos *queer* se farão

sentir. Tal perspectiva é sublinhada por Willian Peres (2013) quando afirma a necessidade de esclarecimento sobre o termo *queer* que, em sua concepção, não se refere a um adjetivo, mas a um verbo:

*há que se esclarecer que o termo Queer não é um adjetivo e sim um verbo, sendo indicada a ideia de ãQueeringö, logo, não é possível falarmos em uma identidade Queer; assim como que a palavra Queer não se limita ao conjunto de letras identitárias, tais como LGBTTTI ó gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexos, mas remete a todas as expressões existenciais que rompem com os imperativos da norma. (PERES, 2013:57).*

Faz-se necessário, portanto, não perder de vista o contexto teórico-político envolvido nas discussões que se seguirão, ainda que não nos debrucemos de forma mais contundente, neste artigo, sobre o pós-estruturalismo e as problematizações das vertentes do pensamento ocidental contemporâneo. Tratando-se, pois, de compreender que as condições que possibilitaram a emergência dos estudos e de uma teoria *queer* e, sobretudo, do entendimento das particularidades de seu movimento ultrapassam questões específicas da teorização sobre sexualidade, sendo necessário compreendê-las incluídas em um quadro mais amplo.

Para tanto, apostamos ser válido destacar também os estudos de Judith Butler (2012), mais especificamente, o que ela denomina como ãatos performativosö ou performatividade. A autora lança mão do conceito de performatividade para afirmar, nos termos retomados por Louro (2013:45), que ãa linguagem que se refere aos corpos ou ao sexo não faz apenas uma constatação ou uma descrição desses corpos, mas, no instante mesmo da nomeação, constrói, -fazöaquilo que nomeia, isto é, produz os corpos e os sujeitosö.

### **Performatividade de gênero e a construção de novos corpos**

A ideia de performatividade em Butler (2012), introduzida em seu livro intitulado *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*, aparece como forma de identificar que o gênero é sempre um fazer, embora não um fazer por um sujeito que se possa dizer pré-existente ao acontecido.

Deste modo, o gênero não deve ser considerado como uma identidade estável ou um *locus* de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero será uma espécie de *devir*, tenuamente constituído e transformado no tempo. Nesse sentido, o gênero não deve ser entendido apenas como a inscrição cultural de significado de um sexo previamente dado, e sim como performativo, uma vez que o mesmo institui-se como

efeito de discursos.

Ainda que a heterossexualidade opere, em parte, através da manutenção das normas de gênero, a mesma designa um campo extenso de significações que contêm e excedem a matriz heterossexualö (BUTLER, 2002:334).

*É importante frisar que Butler não está sugerindo que a identidade de gênero é uma performance, pois pressuporia a existência de um sujeito ou um ator que está fazendo tal performance. Butler rejeita essa noção ao afirmar que a performance preexiste ao performer, e esse argumento contraintuitivo, aparentemente impossível, levou muitas leitoras e leitores a confundir performatividade com performance. (í) Performatividade é um conceito cambiante que se desenvolve gradualmente ao longo dos vários livros (SALIH, 2011:22, grifos da autora).*

A formulação do que se entende por performatividade pode produzir algumas incompreensões, tal como salienta Sara Salih (2011). A autora nos indica que houve (e há) uma equivocada compreensão: seja como uma livre escolha de gênero a performar ou pensado como *performance*. Entretanto, a diferença entre ambas é posta na concepção de que, quando se fala em *performance*, vislumbra-se um sujeito definido; já na performatividade, há uma contestação desse sujeito, tornando-o contingente e construído discursivamente pelas ações.

Sob esse viés, é preciso destacar uma indicação de Butler (2012) na qual ela nos apresenta a existência de uma distinção crucial entre expressão e performatividade:

*(...) se os atributos de gênero não são expressivos, mas performativos, então constituem efetivamente a identidade que pretensamente expressariam ou revelariam (í) se os atributos e atos de gênero são performativos, então não há identidade preexistente pela qual um ato ou atributo possa ser medido (...). O fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte da estratégia que oculta o caráter performativo do gênero e as possibilidades performativas da proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2012: 201).*

Evidencia-se que é na possibilidade do fracasso que reside o espaço para a ressignificação do terreno dos gêneros e da sexualidade. Isto é, tornar-se um sujeito feminino ou masculino não é uma coisa que aconteça de uma vez por todas, mas implica uma construção incessante, que nunca se completa.

O conceito de performatividade pode ser apropriado, assim, para desconstruir a noção naturalizada de gênero ou de identidade sexual e para pensar a construção de novos corpos: uma vez diante do controle e da função disciplinadora<sup>5</sup> sobre as

sexualidades, os corpos enquadram-se em categorias de abjeção.

Em entrevista para Prins e Meijer (2002), Butler fala sobre a noção de corpos abjetos. Porém, suas considerações a respeito de tal adjetivação não se encerram em tal entrevista, da qual citamos um trecho a seguir:

*Se eu disser que há corpos abjetos, devo conseqüentemente ser capaz de retroceder, a partir da afirmação 'há', para uma ontologia anterior". O que eu poderia dizer é que "há corpos abjetos", e isso poderia ser um performativo ao qual eu atribuo ontologia. Eu atribuo ontologia exatamente àquilo que tem sido sistematicamente destituído do privilégio da ontologia. O domínio da ontologia é um território regulamentado: o que se produz dentro dele, o que é dele excluído para que o domínio se constitua como tal, é um efeito do poder. E o performativo pode ser uma das formas pelas quais o discurso operacionaliza o poder. Assim, estou realizando uma contradição performativa, propositalmente. E estou fazendo isso exatamente para confundir o filósofo conceitualmente correto e para colocar a questão da condição secundária e derivativa da ontologia. Para mim não se trata de uma pressuposição. Mesmo se eu disser que "há corpos abjetos que não gozam de uma determinada situação ontológica", eu realizo essa contradição de propósito (PRINS e MEIJER, 2002:161, grifos dos autores).*

Butler nos indica, nessa entrevista, que tal como a construção de um corpo se forja de forma discursiva, performática e cultural, a proposição de um corpo abjeto não foge a esse esquema. Tal argumentação clarifica-se quando a autora afirma que o corpo não pode existir fora do discurso generificado; ou melhor, este não existe nem pode existir senão na condição generificada.

Mais especificamente, Judith Butler (2012) afirma: ãa distinção sexo/gênero e a própria categoria sexual parecem pressupor uma generalização do ãcorpoõ que preexiste à aquisição de seu significado sexuado. Amiúde, esse ãcorpoõ parece ser um meio passivo, que é significado por uma inscrição a partir de uma fonte cultural representada como ãexternaõ em relação a eleõ (BUTLER, 2012: 185)<sup>6</sup>.

Butler critica, inclusive, algumas considerações de Michel Foucault, sob a justificativa de que, em alguns de seus apontamentos, o pensador conceitualizaria o corpo numa perspectiva em que este se apresenta como superfície e cenário de uma inscrição cultural, ou seja, segundo a qual ão corpo é a superfície inscrita pelos acontecimentosõ (BUTLER, 2012: 186).

Para Beatriz Preciado (2011), também se evidencia uma contraposição ao que Foucault afirmou em sua obra, apontando que a história do dispositivo de sexualidade teria outros contornos, e que o pensador francês deveria ter garantido espaço em sua argumentação para as novas tecnologias de poder do século XX e para os

deslocamentos de gênero que foram gestados pelas minorias sexuais desde o início do mesmo século, não devendo, portanto, ter se debruçado tanto sobre o estudo dos gregos.

Entretanto, as considerações do pensador francês, ainda que refutadas por tais (e outros) teóricos/teóricas *queer*, mostram-se de suma importância para o entendimento de que a sexualidade é um efeito-instrumento do que se denomina dispositivo de sexualidade.

Michel Foucault (2011) permite-nos, através da leitura do primeiro volume da *História da Sexualidade*, percorrer e analisar uma trajetória que se iniciou no século XVII e conta, além da transição da época Clássica para a Moderna ó compreendida como um rearranjo institucional em torno do tema da vida ó, com a problematização histórica do dispositivo de sexualidade.

Cabe ressaltar ainda que, segundo Foucault, o dispositivo é: ãum conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma: o dito e o não-dito (...).O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementosö (FOUCAULT, 2013:364).

Nesse sentido, o dispositivo de sexualidade pode ser compreendido como produto de um conjunto de elementos, enquanto implementador de categorias, atuante sob caráter administrativo (isto é, este se subsidia na interpretação de que a sexualidade não é apenas aquilo que se abomina ou aquilo que se percebe, mas aquilo que se regula, se decifra, que tem inteligibilidade) e responsável por encerrar os sujeitos em determinadas identidades: se na Antiguidade a busca pelos prazeres se dava na ordem de uma problemática que diz respeito a um modo de vida, no mundo moderno vai funcionar como dispositivo de especificação.

O que queremos apontar, nesta discussão, é que o itinerário de Michel Foucault não se restringe a uma interpretação da emergência da sexualidade como dispositivo, mas que também se dirige a uma compreensão da própria natureza do que se entende por subjetividade. O pensador francês, ao final da sua obra, se dirigiu a regimes morais vigentes, por exemplo, na Antiguidade greco-latina e nos primeiros séculos da nossa era, a fim de tematizar as distintas formas de relação com a verdade, diagnosticando a rarefação de um princípio ético em que o conhecimento de si estava atrelado ao cuidado de si mesmo (FOUCAULT, 2010). Dada a complexidade do tema, importa-nos destacar

que tal rarefação identifica-se com a inauguração do idealismo moderno cartesiano que o pensador chama de *omomento cartesiano*, em que o conhecimento não está submetido ao cuidado: conhecer-se não encontra nenhum subsídio ético no cuidado consigo mesmo e com os outros. Tal rarefação ó com todos os cuidados que Foucault toma para não cair na substancialização de um momento da história do Ocidente ó só se torna reconhecível no trabalho que o pensador opera na compreensão da subjetividade ocidental. Podemos considerar que o estudo da sexualidade é uma forma, em Michel Foucault, de interpretar como os homens se colocam problemas concernentes a si próprios no *devoir* das sociedades ocidentais, garantindo, em determinados momentos, que tenha emergido uma forma-sujeito que corresponde aos modos de condução da vida individual e coletiva em que identidades precisam ser interpretadas e biografias, fixadas. Práticas sexuais se remetem, no século XIX, a uma história progressa, pontuada pela relação entre subjetividade e sexualidade. Deste modo, por exemplo, emergiu o personagem homossexual:

*É necessário não esquecer que a categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade constituiu-se no dia em que foi caracterizada (í ) menos como um tipo de relações sexuais do que como uma certa qualidade da sensibilidade sexual, uma certa maneira de interverter, em si mesmo, o masculino e o feminino. A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie (FOUCAULT, 2011:43-44).*

O modelo ocidental moderno de sexualidade engendra espécies e a necessidade correlata de interpretar e corrigir, fazer falar, abrindo a possibilidade de uma conexão com a subjetividade. Não se pode esquecer que no volume citado de *História da Sexualidade*, Michel Foucault realiza uma arqueologia da psicanálise, indicando o que condicionou historicamente a emergência da mesma e o sentido de seu rompimento institucional com qualquer forma de racismo. É voltando-se aos gregos que o pensador garante, também, o reconhecimento da raridade histórica que nos tornou possíveis, ao mesmo tempo em que problematiza a emergência das ciências humanas no contexto de mudança da relação entre o conhecimento e as práticas de cuidado de si e dos outros.

No último capítulo de *História da Sexualidade: a Vontade de Saber*, intitulado *oDireito de Morte e Poder Sobre a Vida*, Foucault abordará detidamente o conceito de biopoder por oposição ao direito de morte que caracterizaria o poder do soberano. O corpo individual importa na medida em que ilustra os processos que podem acontecer

em nível populacional, que podem indicar o modo de agir, de adoecer e de responder aos estímulos do conjunto da população. A vida passa a entrar no espaço do controle de saber e da intervenção do poder.

Há de se enfatizar que esse processo permitiu, ainda, a apropriação da prática da confissão por um conjunto de formas de inquirição dos cidadãos, além da emergência e multiplicação de novas espécies sexuais, postas a verbalizar sua natureza. E mais, através de suas considerações a respeito de tal profusão discursiva, Foucault remete-nos ao trabalho de encontrar as condições de possibilidade da subjetividade, não admitindo, portanto, a ideia de que a sexualidade correspondesse, de maneira imediata, à palavra que emerge no século XVIII. Como apontado anteriormente, a sexualidade forjada no século XVIII ainda não corresponde ao sentido que se constituiu nos esforços de governá-la, de garantir inteligibilidade à mesma. A psicanálise se configura como um dos modos de interpretação da sexualidade, em sua íntima relação com a elaboração de uma posição de sujeito. Logo, o termo é contingente, bem como é histórica a relação entre sexualidade e subjetividade. Mesmo sem o sabermos, tornamo-nos inteligíveis por intermédio dos nossos desejos e das nossas práticas.

É marcante, portanto, que o pensador francês tenha se destinado à interpretação das sociedades ocidentais modernas sob uma crítica ao surgimento da heterogeneidade de instituições que, acima de tudo, incitavam os homens a confessarem sobre si, e também a si mesmos, seus desejos e segredos antes abrigados em ordens discursivas e institucionais distintas das que se originaram na modernidade, e agora caracterizados por revelar as leis que guiam as subjetividades. E, sob essa condição, discussões de natureza política sobre as novas formas de compreensão da vida são, então, mobilizadas garantindo a distinção entre o saber sobre a sexualidade e as relações de poder<sup>7</sup> que, em confluência, engendram o campo da sexualidade.

### **Queerizando a Psicologia: reflexão do impacto dos estudos *queer* sobre a Psicologia**

Assim um pesquisador em Psicologia se refere ao estatuto da sexualidade em diferentes sistemas teóricos e práticas psicológicas vigentes na atualidade:

*Se passarmos uma olhadela sobre as teorias e metodologias utilizadas pelas práticas em Psicologia na atualidade do século XXI, podemos[,] como ponto de evidência, perceber que a maioria dessas teorias se encontra comprometida com a manutenção, reificação e defesa do sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais, e diante desse compromisso, observar, classificar, esquadriñar, enquadrar, diagnosticar, trancafiar,*

*tratar, curar, e até produzir morte civil das pessoas que de alguma maneira tornaram-se dissidentes das ordens e modelos impostos como únicos, corretos e normais.* (PERES, 2013:56)

Vemos que as práticas e teorias, na perspectiva do autor citado, assumem uma posição que reifica identidades e as patologiza, ao assumir que há um padrão trans-histórico de identidade sexual e de experiência de si oriunda da mesma. A partir da apresentação dos estudos e noções que dizem respeito ao termo *queer*, seria incoerente negligenciar a relevância de tais aspectos para a Psicologia.

A Psicologia é um efeito-instrumento de procedimentos modernos de produção de verdade. Localizada historicamente no século XIX, herda, como a maior parte das ciências humanas e sociais, o objeto que foi forjado nas sociedades disciplinares e naquelas em que a sexualidade assumiu a condição de grade de inteligibilidade sobre nossa existência e nossas práticas individuais e coletivas. O indivíduo, ora em oposição complementar à sociedade, ora em condição derivada em relação aos processos de socialização, figura como objeto privilegiado de nossas inquirições e modelos teóricos.

Em relação à sexualidade, como já apontado, a Psicologia é uma *expertise*, fortemente marcada pelo binarismo que presidiu à essencialização das espécies sexuais, como os homossexuais e os próprios heterossexuais. O binarismo em curso se organiza pelas oposições entre homem e mulher e entre natureza e cultura. Mesmo em relação ao heterogêneo campo da Psicanálise, tem-se a impressão de uma posição essencialista dada ao corpo e ao sexo, como elementos inamovíveis ou anteriores às significações culturais, às elaborações reiteradas de si mesmo. A Psicologia se viabiliza, no nosso entender, também a partir dos regimes de verdade instituídos em torno dos prazeres e da sexualidade. Como foram citadas tentativas circunscritas ao campo da Psicologia de realizar uma crítica aos dispositivos de intervenção imanentes a nossa própria relevância histórica e política, ainda é possível recorrer ao legado de Beatriz Preciado (2014) no esforço de acompanhar processos históricos e subjetivos em que os binarismos se rasgam, garantindo visibilidade a uma redefinição da própria sexualidade e das resistências geradas ao modelo de governo da vida perpetrado pelo dispositivo de sexualidade. Preciado (2014) recorre ao tema da tecnologia para recolocar as contribuições de Michel Foucault aos estudos sobre a sexualidade. Revisando a história dos binarismos que nos constituem como sujeitos de determinadas sexualidades, critica tanto uma perspectiva feminista essencialista quanto uma outra, chamada de

construtivista:

*(...) a posição essencialista e a posição construtivista têm um mesmo fundamento metafísico. Os dois modelos dependem de um pressuposto moderno: a crença segundo a qual o corpo resguarda um grau zero ou uma verdade última, uma matéria biológica (o código genético, os órgãos sexuais, as funções reprodutivas) ôdadaö (...). Considerar o sexo e o gênero como tecnologias permite remover a falsa contradição entre essencialismo e construtivismo. Não é possível isolar os corpos (como materiais passivos ou resistentes) das forças sociais de construção da diferença sexual (p.57).*

Ao assumir a centralidade das tecnologias no apagamento de uma ilusória diferença entre natureza e cultura, Preciado (2014) chama a atenção para as importantes mutações que o feminismo ó em suas diferentes versões e sentidos ó operou na epistemologia contemporânea. Uma atenção ao caráter político das tecnologias nos permite abandonar os binarismos, na escuta cuidadosa de processos históricos em que se luta contra a obviedade da natureza da sexualidade. As experiências transexuais, de travestilidade, o fluxo de hormônios e de próteses consumidas por sociedades como a nossa interrogam a função ortopédica da Psicologia, uma vez que não há modelo ou natureza prévia ao conjunto das conexões e invenções em curso em algumas sociedades ocidentais contemporâneas. A tecnologia, ainda de acordo com Preciado (2014:258), òse faz corpoö, radicalizando o sentido político das invenções e reiteraões de si no cerne de sociedades como a nossa.

Estar atento a estas transformações requer uma Psicologia que diagnostique sua própria atualidade e revise as condições que a tornaram possível. Escapar dos binarismos corresponde à ruptura com a idealidade de uma natureza remetida a um passado fechado em si mesmo, já que não corresponde aos enunciados que emergem contemporaneamente. As lutas políticas em jogo na atualidade, referidas às invenções de si que resistem ao dispositivo de sexualidade (ou à sexopolítica contemporânea), exigem um posicionamento ético da Psicologia, para não recairmos, mais uma vez, na posição dos juízes e dos privilegiados intérpretes de desejos e subjetividades forjados historicamente.

O campo da Psicologia possui uma história polissêmica, cujas metodologias investigativas não se limitam ao tratamento experimental das atitudes e dos comportamentos qualificados como sociais. É possível identificar uma heterogeneidade de filiaões teóricas e filosóficas na articulação do campo da Psicologia.

As discussões empreendidas por Michel Foucault (2011) auxiliam-nos na

compreensão histórico-política do apelo feito ao campo da Psicologia no sentido de uma participação efetiva na gestão das sexualidades (e na intervenção sobre questões concernentes às mesmas), bem como na decifração das experiências sexuais.

A possibilidade de experimentação dos corpos e da vida pode ser entendida, também, a partir das considerações de Suely Rolnik (1993):

*pois bem, no visível há uma relação entre um eu e um ou vários outros (como disse, não só humanos), unidades separáveis e independentes; mas no invisível, o que há é uma textura (ontológica) que vai se fazendo dos fluxos que constituem nossa composição atual, conectando-se com outros fluxos, somando-se e esboçando outras composições. Tais composições, a partir de um certo limiar, geram em nós estados inéditos, inteiramente estranhos em relação àquilo de que é feita a consistência subjetiva de nossa atual figura. Rompe-se assim o equilíbrio desta nossa atual figura, tremem seus contornos. Podemos dizer que a cada vez que isto acontece, é uma violência vivida por nosso corpo em sua forma atual, pois nos desestabiliza e nos coloca a exigência de criarmos um novo corpo ó em nossa existência, em nosso modo de sentir, de pensar, de agir, etc ó que venha encarnar este estado inédito que se fez em nós. E a cada vez que respondemos à exigência imposta por um destes estados, nos tornamos outros. (...) o que estou chamando de marca são exatamente estes estados inéditos que se produzem em nosso corpo, a partir das composições que vamos vivendo. Cada um destes estados constitui uma diferença que instaura uma abertura para a criação de um novo corpo, o que significa que as marcas são sempre gênese de um devirö (ROLNIK, 1993:241).*

As palavras de Rolnik nos indicam as transformações produzidas a todo tempo em nós e nos outros. É, porém, nessa condição transformadora e criativa das expressões dos corpos e dos nossos modos de sentir, pensar, agir e desejar que se inscrevem as respostas aos critérios reguladores e impositivos do dispositivo de sexualidade.

## **Conclusão**

Caracterizando todo esse percurso teórico-crítico elaborado a partir dos apontamentos dos autores aqui citados, lançamo-nos a um desafio: entender como são extensas e múltiplas as possibilidades de expressão do corpo estando à luz das problemáticas de gênero. E, nessa relação, perceber as evidências e desafios de um campo de saber, como a Psicologia.

Não só para enxergar, mas para ultrapassar o que já está instituído, tal desafio se faz necessário, primeiro, por intermédio da proposição e da consolidação de um posicionamento ético-político daqueles que atuam na/com a Psicologia, uma vez que seu compromisso com a transformação social, õde respeito à liberdade de expressão e de pontes para que devires outros se potencializem e facilitem a defesa da vida como valor

maiorö não pode ser localizado à parte (PERES, 2013:63).

Nesse caso, utilizando-se das ferramentas e das estratégias das políticas *queer*, caberá enxergar e desconstruir os sistemas binários de pensamento e os discursos capturados pela lógica normalizadora, bem como perceber os conflitos existentes entre os movimentos e estratégias de resistência e as de dominação e, por fim, afirmar a emergência de novos sujeitos e suas (novas) práticas.

Por fim, vale destacar o desejo de Peres (2013), para reafirmar a nossa aposta: ã[devemos construir modos de] facilitar a passagem para que devires outros possam expressar novos modos de existencialização, fora dos binarismos e dos universais que até então se orientavam pelos processos de normatização impostos pelo bio-poder e suas regulações bio-políticasö (PERES, 2013:63) (modificado parcialmente).

Será, contudo, no exercício de desconstrução das perspectivas hegemônicas instituídas que se pautará o esforço de engendramento dessa Psicologia que pontuamos, permitindo, desse modo, maior entendimento sobre o inacabamento dos modos de vida dos sujeitos marcados por suas trajetórias. Defende-se o entendimento de que, ao traçar esse percurso e na tentativa de que nos desloquemos do presente para desnaturalizá-lo, novas possibilidades de constituição da vida, dos sujeitos e das suas expressões tornam-se possíveis.

Finalmente, apostamos em uma Psicologia menos classificatória, menos patologizante, cujas perspectivas e determinações não se orientem exclusivamente por diagnósticos e reducionismos. Intuímos, com apoio das teorias *queer*, a possibilidade da Psicologia não se pautar nos sistemas binários de pensamento, moralizantes e heteronormativos, abrindo-se a uma indagação sobre o seu próprio sentido histórico.

## Referências

- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: Sobre los límites materiales y discursivos del ñsexoö*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. São Paulo: Graal, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*.

Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

PERES, Wiliam. Psicologia e Políticas Queer. Em: FILHO, Fernando; PERES, Wiliam; RONDINI, Carina e SOUZA, Leonardo (Orgs.). *Queering: problematizações e insurgências na Psicologia Contemporânea*. Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 2013.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos ãanormaisö. *Estudos Feministas*, vol.19, n°1, 2011.

PRECIADO, Beatriz. *Manifesto Contrassexual*. São Paulo: n-1, 2014.

PRINS, Baukje e MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Estudos Feministas*, vol.10, n°1, 2002.

ROLNIK, Suely. Pensamento, corpo e devir: uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. *Cadernos de Subjetividade*, vol.1, n°2, 1993.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

Renata Carvalho Nardelli  
Aluna de graduação em Psicologia na Universidade Federal Fluminense  
E-mail: [renatanuff@hotmail.com](mailto:renatanuff@hotmail.com)

Marcelo Santana Ferreira  
Professor Associado de Psicologia Social na Universidade Federal Fluminense  
E-mail: [mars.ferreira@yahoo.com.br](mailto:mars.ferreira@yahoo.com.br)

---

1 O sistema balizado em dicotomias orienta-se basicamente pelas premissas regulatórias do biopoder, isto é, do uso e regulação políticos dos corpos, de seu adestramento e docilização. O corpo individual importa só na medida em que ilustra os processos que podem acontecer em nível populacional, que podem indicar o modo de agir, de adoecer e de responder aos estímulos do conjunto da população. A fim de governar os indivíduos e a população, através de certos procedimentos disciplinares, a biopolítica ó por meio dos biopoderes locais ó ocupa-se, pois, da gestão da saúde, da higiene, da sexualidade, da natalidade, dentre outros, na medida em que elas se tornaram preocupações políticas.

2 Entende-se uma formulação teórica pós-identitária como aquela que se propõe a problematizar o discurso identitário e aponta as configurações normalizadoras implícitas nas categorias de identidade e gênero. Vale-se, conseqüentemente, da crítica, de oposição, aos binarismos como homem/mulher, heterossexual/ homossexual, dualismos que organizam as práticas sociais e estão presentes em nossa sociedade, nas instituições, no conhecimento e nas relações entre os sujeitos.

3 Butler afirma a produção de um sujeito pois entende que, quando há um ãeuö que profere ou fala e, assim, produz um efeito no discurso, evidencia-se, antes, um discurso precedente que o habilita a fazê-lo. Sob esse aspecto, não há um ãeuö situado anteriormente ao discurso. Ao contrário, o ãeuö ao qual se refere só evidencia-se quando nomeado. Na realidade, só é possível existir o ãeuö na medida em que, primeiro, alguém tenha se dirigido a mim. Logo, aqueles interpelados pela expressão *queer* foram forçados, ou seja, produzidos a partir de tal nomeação.

4 Em relação ao entendimento sobre uma heterossexualidade compulsória, apoiamo-nos nas considerações apresentadas por Judith Butler (2012) ao afirmar que em nossa sociedade estamos diante de uma ordem compulsória que exige a coerência total entre o gênero e o sexo, o desejo e a prática, que são obrigatoriamente heterossexuais. O esforço de Butler fixa-se na busca por uma contraposição aos ideais

masculinistas e heteronormativos. Não se trata apenas de uma questão do ponto de vista político, mas também do ponto de vista epistêmico.

5 A função disciplinadora a qual fazemos referência é articulada aos procedimentos disciplinares, ferramentas da biopolítica que se ocupam da gestão e controle dos corpos. A disciplina, importante conceito forjado por Michel Foucault, se volta, em parte de sua argumentação, a uma fixação de indivíduos a partir de um escrutínio e racionalização dos seus gestos, para posterior produção de corpos dóceis. Em relação à sexualidade, entende-se que o disciplinamento dos corpos se complexifica na emergência da modernidade biológica, contexto histórico e institucional em que a própria vida se torna objeto de gestão política. Agora ó a partir do século XVIII ó não se trata somente de fixação dos corpos nos espaços de instituições de confinamento, mas de interpretação das práticas e de racionalização das biografias, através da fixidez das identidades sexuais.

6 Faz-se necessário perceber que a análise a partir do trecho destacado, de Judith Butler (2012), quase pressupõe um dualismo, do qual não queremos nos valer. Ao contrário, procuramos afirmar nesse (e com esse) trabalho a possibilidade de ultrapassar os binarismos compreendidos na relação entre corpo e sexo, e ambos em relação ao discurso.

7 O poder não assume sentido opressor, não mostra atuação essencialmente repressiva e nem aparece como uma unidade estável, mas como algo produtivo, que foge da ordem do negativo: ã(...) o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinadaö (FOUCAULT, 2011: 103). É válido perceber, ainda, que a relação de poder é intencional e não subjetiva, uma vez que, nesse sentido, acusa-se uma finalidade, uma destinação exercida sobre os corpos, onde a transformação não se concebe sem uma intencionalidade. Por sua vez, a não-subjetividade é evidente, pois o poder não existe porque alguém o opera, ele o faz produtivamente, numa organização que ultrapassa e ao mesmo tempo condiciona a existência o sujeito.